



## **A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS NEOLIBERAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.**

Fábio Mansano de Mello\*

### **RESUMO**

O presente artigo tem por escopo analisar, à luz do materialismo histórico, a relação entre a expansão do ensino superior no Brasil e a implantação das políticas públicas neoliberais, cujo corolário é a mercantilização da educação em todos os níveis, com reflexos no processo do trabalho do professor. Num primeiro momento versamos sobre a expansão universitária no contexto da reestruturação produtiva, com ênfase na estratégia do Estado mínimo, que é o pano de fundo de um processo de falência e sucateamento do ensino público; constatamos que as IES particulares se articulam de diversas formas no desenvolvimento do capitalismo, inclusive através da crescente precarização do trabalho docente. Esse fenômeno ocupa o segundo momento do trabalho; apresentamos as condições de trabalho docente que vão desde a intensificação e rotinização do trabalho, passando por situações de submissão à clientela, até chegar numa face nefasta desse processo que é o produtivismo acadêmico. Longe de esgotar o tema, acreditamos que a compreensão e a análise pontual das políticas públicas na educação, bem como a intervenção da ciência e da tecnologia no processo de trabalho, contribuirão para desvendar o fetiche da mercadoria que ronda há muito os corredores e departamentos das instituições de ensino superior. As universidades deveriam contribuir muito mais para o esclarecimento da realidade ao invés de operar silenciosamente a favor da manutenção da exploração da mais-valia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Trabalho. Precarização.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo é constituído por reflexões oriundas do projeto de pesquisa intitulado “Educação como serviço: a expansão do ensino superior privado”, coordenado pelo autor junto à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié-Ba, desenvolvido no período de 2012 a 2014; o texto ora apresentado versa sobre a



expansão do ensino superior privado no Brasil a partir da década de 1990, tendo como pano de fundo o processo de reestruturação produtiva bem como a implantação e consolidação das políticas públicas de cunho neoliberal, impondo à educação uma roupagem de mercadoria cada vez mais acentuada. Nesse sentido, investigar os caminhos dessa expansão<sup>9</sup> nos leva não apenas à análise dos desdobramentos do setor de serviços em nossa economia, reflexo imediato do capitalismo tardio, mas também verificar como ocorre a precarização do trabalho docente, e uma de suas facetas perversas, o produtivismo acadêmico.

Acreditamos que a categoria *trabalho* permanece essencial no estudo das relações sociais. Compreendemos a possibilidade de conectar o processo de trabalho docente com uma teia mais ampla de consolidação e reestruturação das relações capitalistas de produção, mediante análise da relação entre o singular e o universal, descrita por Kosik (1995). Segundo o autor, “a economia não é apenas a produção de bens materiais; é ao mesmo tempo produção das relações sociais dentro das quais esta produção se realiza” (Op. Cit., p. 191). Sua referência é Marx (1983), que ao discutir o método da economia política, nos apontou o movimento de apreensão do real ao afirmar que “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade” (op. Cit., p. 218). Vejamos portanto os vínculos entre a expansão das faculdades particulares, a implantação das políticas neoliberais e a precarização do trabalho docente como faces dessa processualidade.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO NACIONAL**

O ponto de partida de nossa investigação está centrado na vigência da lei do valor como mecanismo regulador do trabalho social. O produto deste trabalho, a mercadoria, se apresenta como um resumo do modo de produção capitalista, à medida que se generaliza e passa a se constituir em todos os setores da sociedade. No caso em tela

---

<sup>9</sup> “O Censo/2012 registra a existência de 2.416 IES, com uma evolução de 30% na década (2003/2012). A livre iniciativa continua amplamente majoritária na educação superior, com 2.112 instituições (87,5%).” Fonte: FUNADESP. Disponível em [www.funadesp.org.br](http://www.funadesp.org.br)



temos a análise das transformações do capitalismo contemporâneo que investigam e apontam horizontes para a compreensão da chamada reestruturação produtiva. Para Francisco de Oliveira (2000), o Brasil assiste desde os anos 70 a diminuição do emprego industrial, que perde seu status de posição dominante na esfera produtiva, em detrimento do setor de serviços em vários níveis. Essa tendência se acirra ainda mais quando o Estado transfere à iniciativa privada serviços como educação e saúde, episódios fortalecidos pelas privatizações dos referidos setores (OLIVEIRA, s/d).

Na obra “Escola, Estado & Sociedade”, Freitag (1986) analisa a reforma universitária realizada no Brasil na década de 1970 e nos fornece explicações para o crescimento do ensino superior particular. Em primeiro lugar destaca que a iniciativa privada colabora com o Estado na solução do problema de acesso à universidade, já que a rede oficial não conseguiu ampliar a oferta de suas vagas, possibilitando a ascensão da educação como negócio; em segundo lugar, além de diminuir a pressão sobre a universidade pública, as faculdades particulares contribuíram para a formação de uma força de trabalho pretensamente qualificada e barata, além de criar um “exército de reserva acadêmico”. Em estudo mais recente, Bosi (2007) mostra o crescimento do ensino superior privado à luz da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, quando afirma:

Uma consequência prática dessa política começou a ser mais propriamente observada por volta da primeira metade da década de 1990, quando a relação de matrículas em cursos presenciais oferecidas por IES privadas e públicas aumentou bastante em favor das primeiras. Se até a década de 1980 cada setor ficava com 50% das matrículas realizadas, no final da década de 1990 esta relação foi de 70% para 30% em favor das IES privadas. Dados do MEC/INEP sobre o ano de 2004 indicavam que tal relação prosseguira a mesma tendência verificada nos anos 1990, atingindo uma proporção de 80% para 20% em favor das IES privadas (Brasil, 2005). (BOSI, op. cit., p.1507)

Num estudo sobre as transformações do ensino superior no Brasil, Secca e Leal (2009) apontam algumas hipóteses que explicariam o aumento pela procura do ensino em nível universitário, que são os seguintes: a) aumento da população jovem adulta; b)



exigências do mercado de trabalho; c) aumento do número de concluintes no ensino médio; d) baixos níveis históricos de penetração no ensino superior no Brasil; e) maior disponibilidade de financiamento estudantil e bolsa de estudo e f) desregulamentação.

A política neoliberal, com a estratégia do Estado mínimo, é o pano de fundo de um processo de falência e sucateamento do ensino público, que por sua vez abre brechas institucionais para o crescimento do setor privado da educação. É importante demarcar aqui o caráter estrutural dessas políticas que estão atreladas à dinâmica da acumulação de capitais. Até os meados dos anos 70, a sociedade capitalista era orientada por dois grandes princípios: o princípio keynesiano de intervenção do Estado na economia por meio de investimentos e endividamento para distribuição da renda e promoção do bem-estar social, visando a diminuir as desigualdades; e o princípio fordista de organização industrial baseado no planejamento, na funcionalidade e no longo prazo do trabalho industrial, grandes linhas de montagens concentradas num único espaço, formação de grandes estoques, e orientado pelas ideias de racionalidade e durabilidade dos produtos, e de política salarial e promocional visando a aumentar a capacidade de consumo dos trabalhadores (CHAUÍ, 1999, p. 29).

É neste sentido que Harvey (1999) nos mostra como o Estado burguês encontra saída para a crise do pós-guerra, atuando firmemente na reconstrução da economia abalada pelo conflito. “O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas” (op. cit. p. 125). O Estado do bem-estar social funda-se através de um arranjo político-econômico que “dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista”. (id., *ibid.*)

A crise do Welfare State aponta os limites do modelo centrado no Estado como gestor do desenvolvimento econômico. Contrapondo o colapso das teses keynesianas, as políticas neoliberais vão ganhando espaço no cenário mundial enquanto resposta aos entraves da acumulação propiciado pelo Estado do bem-estar. Segundo Anderson (1995), tais concepções tomaram impulso a partir de 1973, “quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira



vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação” (op. cit. p.10). As propostas básicas desse modelo estão fundamentalmente ligadas à ideologia da retirada do Estado da economia, que se traduz na

restrição dos ganhos de produtividade e garantias de emprego e estabilidade de emprego; a volta das leis de mercado sem restrições; o aumento das taxas de juros para aumentar a poupança e arrefecer o consumo; a diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais. (FRIGOTTO, 2000, p. 80-1)

Uma marca distinta dessa política é o programa de privatizações posto em prática em todo o globo, das indústrias como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. (Anderson, 1995). Se o liberalismo clássico indica os direitos do homem e do cidadão, o neoliberalismo pressupõe o homem consumidor, negando a participação do Estado no âmbito dos direitos sociais, típica do primeiro modelo.

Marrasch (1996) demonstra a inserção das políticas neoliberais no Brasil, que ocorre segundo ela por meio de um consenso ideológico. O caminho dessa implantação passa, obviamente, pela liberdade econômica, respeito aos direitos políticos e poucos direitos sociais, nos quais a educação está inserida. No caso brasileiro, apesar da ausência do Estado de bem-estar, o discurso neoliberal é o mesmo: a participação do Estado nas políticas sociais é a “fonte de todos os males da situação econômica e social, tais como a inflação, a corrupção, o desperdício, a ineficiência dos serviços, os privilégios dos funcionários”. (op. cit., p. 15). Sob o domínio desse ideário neoconservador, a educação aparece menos como um direito social do que uma lucrativa mercadoria. Através da roupagem neoliberal identificamos três objetivos que são impostos à educação: a) adequação da educação escolar ao mercado de trabalho. b) assegurar o domínio ideológico de uma dada visão de mundo. c) fazer da escola um amplo mercado para os produtos da indústria cultural e da informática.

Sallum Jr. (2000) salienta a amplitude das reformas econômicas da década de 1990, implantadas durante o governo Collor de Mello e que foram consolidadas ao longo da década; primeiramente destaca o autor um caráter negativo, ou seja, tais políticas



abriram mão do fortalecimento da indústria nacional protegida pelo Estado da competição externa, e um caráter positivo, no que diz respeito a “uma orientação *moderadamente liberal e internacionalizante* de integração da economia doméstica ao sistema econômico mundial” (op. Cit., p. 429).

Marilena Chauí (Op. cit.) aponta e destaca as mudanças recentes no capitalismo, tais como a) o desemprego estrutural, cuja exclusão do trabalhador ocorre graças ao incremento tecnológico e a rotatividade da mão de obra; b) o monetarismo e o capital financeiro ganhando destaque no processo de acumulação de capitais; c) a ciência e a tecnologia entendidas agora como forças produtivas e não simples apêndice do capital, e d) a conjuntura do setor de serviços, cuja expansão se torna estrutural, deixando de ser um suplemento da produção industrial.

Fazendo a leitura da realidade brasileira, afirma Pochmann (2001):

Na década de 1990, os serviços passaram a absorver mais postos de trabalho, sem compensar, entretanto, a destruição dos empregos verificada tanto no campo como na indústria. Atualmente, o aumento do desemprego aberto reflete justamente a incapacidade da economia brasileira de gerar expressivos postos de trabalho, não obstante o setor de serviços continuar absorvendo uma parte dos trabalhadores que anualmente ingressam no mercado de trabalho ou que são demitidos dos setores industrial e agropecuário (op. Cit., p. 60).

Fica exposta a ideia de que os serviços ficam cada vez mais organizados segundo a lógica capitalista; mais ainda, ressaltamos que os setores da produção social não podem ser analisados de forma autônoma, como se não tivessem ligações estreitas. Vejamos como as IES entram em cena, já que se tornaram grandes empresas e operam com uma ampla oferta de serviços aos seus consumidores:

Por outro lado, a aproximação com o mercado e com o setor produtivo, aliada ao acirramento da concorrência neste campo, teria favorecido, senão condicionado, o empresariamento das gestões, bem como a vontade política dos gestores de uma autonomia que mais se assemelha à soberania, ou à liberdade de mercado, de que gozariam as empresas. As estruturas organizacionais e a gestão das IES privadas são cópias adaptadas dos desenhos organizacionais e da gestão de empresas do



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

setor de serviços, tendendo os gestores de alto escalão a ser, agora, acadêmicos de prestígio, originários do setor público, e funcionários bem pagos da Mantida, que, em última instância, detém o poder econômico e político estratégicos da(s) mantenedora(s). (SILVA JR & SGUISSARDI, 2000, p. 172-3)

Mediante análise de estudos de diversos autores, notamos a relação existente entre as IES e a universalização da educação, a reprodução da classe trabalhadora, a questão da qualidade total no ensino bem como seu ápice: a mercantilização da educação (DURHAM, SAMPAIO, 2000; BRUNO, 2011; GENTILI, 1999; FAGUNDES, 2010; MARTINS, 1997; TRIGUEIRO, 2000). Constatamos que as IES particulares se articulam de diversas formas no desenvolvimento do capitalismo, inclusive através da crescente precarização do trabalho docente; à medida que este profissional vende sua força de trabalho, ele propicia ao capitalista utilizar todos os meios disponíveis para a exploração do sobretrabalho.

### **AS MÚLTIPLAS FACES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE**

Entendemos que a racionalização do capital ultrapassou os muros das fábricas e se instalou nas instituições de ensino, potencializando a desqualificação profissional docente; essa proposição indica que tais professores têm sofrido mudanças em suas condições de trabalho, notadamente no que tange à perda do controle e do sentido de suas atividades (SÁ 1986; ENGUITA 1991; PUCCI, OLIVEIRA e SGUISSARDI 1991, GADOTTI 1998). Não é exagero afirmar que ocorre uma taylorização do processo educativo escolar, uma vez que no mesmo está presente cada vez mais a divisão, a intensificação e a rotinização do trabalho.

Bruno (2011) explica que tais medidas de desqualificação profissional são mecanismos típicos da mais-valia absoluta, o que redundará em baixos salários, além de prejuízo no que tange à qualidade da educação e uma certa apatia desses profissionais. Em relação aos custos temos questões objetivas de análise deste setor, tais como os tipos de contrato de trabalho, onde geralmente os docentes são horistas, temporários, em tempo parcial, muitos deles sem carteira de trabalho assinada e basicamente atendem à



demanda do ensino deixando de lado pesquisa e extensão. Trigueiro (2000) destaca que os “horistas” compõem parcela significativa do quadro docente das particulares, que “comparecem apenas para dar as suas aulas e corrigir provas ou trabalhos dos alunos e não desenvolvem outra atividade acadêmica relevante alguma”. (op. Cit., p.73).

Bessa (2006) aponta o crescente aumento de empregos para os docentes nas IES privadas, e atrela a esse fenômeno o fato de que, dentre outros, a não realização de concursos nas instituições públicas. A realidade desse docente é marcada pela insegurança dos contratos temporários, pelas represálias sofridas como a redução de disciplinas (e conseqüentemente diminuição salarial), pela relação de poder entre o professor e o aluno-cliente (este último tem sempre razão) e pela perda da autonomia em relação à expressão de suas ideias.

Vale ressaltar outros elementos que compõem esse cenário da desqualificação, tais como: a) número excessivo de estudantes em sala de aula; b) participação de atividades extracurriculares sem remuneração; c) professores que não têm na docência sua atividade principal. d) o caráter dúbio da titulação docente, onde a empresa escolar exige os títulos para garantir a aprovação, reconhecimento e credenciamento de seus cursos, e por outro lado docentes que precisam “esconder” seus diplomas porque são qualificados demais para o mercado. e) nivelamento por baixo do ensino devido ao nível qualitativo educacional dos alunos das IES privadas que, teoricamente, é inferior aos dos alunos das IES públicas.

Trein e Rodrigues (2011) elaboram uma discussão sobre a precarização do trabalho docente com base no conceito de produtivismo que é implantado na Academia nos dias atuais<sup>10</sup>. Apontam, baseado no I capítulo d’O Capital, que “há um empuxo irresistível na conversão de todos os objetos e atividades úteis ao homem (sejam úteis ao estômago ou a fantasia, repetimos) em mercadoria”. (op. cit., p. 776). Mais adiante, se apoiam na reflexão que Marx empreende no capítulo XIII da mesma obra, “A maquinaria e a indústria moderna”, ao mostrar o papel que a ciência e a tecnologia ocupam enquanto força produtiva, oportunizando uma maior produção possível num menor

---

<sup>10</sup> Ressaltamos que esse fenômeno está presente não apenas nas IES particulares, mas principalmente nas instituições públicas de ensino superior.



tempo de trabalho. A partir de então, apontam um duplo aspecto desse processo no âmbito do trabalho científico: em primeiro lugar a ocorrência de uma desenfreada corrida dos pesquisadores para concorrer aos editais, se enquadrarem nos indicadores de produtividade e garantir a continuidade de sua produção científica, numa divisão do trabalho que se estende aos mestrandos e doutorandos; por outro lado, criticam a postura governamental que defende uma “nova” teoria do capital humano, modelando uma ideologia que aponta que a ciência se desdobre em tecnologia, que produz inovações que por sua vez, contribuem para o desenvolvimento econômico e social. Para os autores, “o *produtivismo* é o fantasma-fetiche que assombra/seduz, com promessas e ameaças, a Academia.” (p. 780).

Esse fenômeno demonstra não apenas a mercantilização da educação, mas todo um esquema de controle do trabalho docente por parte das agências estatais como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Guimarães; Monte; Farias (2013) apresentam essa lógica produtivista e nos indicam dois instrumentos de controle bem conhecidos pela comunidade acadêmica. O primeiro é a Coleta CAPES, definido como

(...) um sistema criado para coletar informações sobre os programas e cursos de Pós-Graduação no Brasil, é através destes dados coletados que as comissões de área avaliam e definem o conceito dos cursos, classificando, ranqueando e definindo quais poderão continuar oferecendo a capacitação. (Op. cit., p. 43, nota nº 2)

O segundo é a implantação pelo CNPq, em 1999, do *Currículo de Plataforma Lattes*, utilizado como padrão para o registro das atividades desenvolvidas pelos membros da comunidade científica brasileira. “A centralização dos currículos, (...) exige dos profissionais uma atualização periódica e uma produção constante para garantir uma boa pontuação no ‘mercado acadêmico’” (op. cit., p. 39). Os autores ressaltam a relação dialética entre prazer e sofrimento no trabalho, uma vez que ocorre uma espécie de ditadura do relógio, exigindo cumprimento de prazos, alcance de metas, incrementando a produtividade do seu trabalho e provocando a internalização desse fato como sendo algo natural.



Num estudo sobre a universidade no âmbito da reforma neoliberal, Pinheiro (2004) aborda o produtivismo na medida em que a quantidade das pesquisas são mais importantes que a qualidade das mesmas; sobre a incorporação do *ethos* empresarial pelas universidades, Pinheiro critica as práticas acadêmicas que valorizam o efêmero, o fragmentado e o pragmatismo utilitarista; sobre a dinâmica da produção intelectual desenfreada, explica:

Na esfera própria do pensar, da reflexão crítica, da elaboração de ideias e conhecimentos há determinados tensionamentos, conflitos, contradições e até mesmo incompatibilidades entre quantidade e qualidade, fundamentalmente quando se configura o domínio ou predominância da produtividade como ideia-força. Aí, a quantidade tende a se contrapor à qualidade histórica e a produtividade, à reflexão consistente ou à crítica fundamentada. O tempo requerido para a elaboração de novos conhecimentos, realização de investigações ou estudos teóricos e práticos, maturação do conhecimento sob o crivo crítico, diálogo entre diferentes teorias e experiências e imprescindíveis discussões públicas se estrutura no mundo das incertezas, contrapondo-se à ideia de produtividade e eficiência (mais, em menos tempo, com menor custo) e às normatizações do trabalho empresarial (op. cit., p. 285).

O autor destaca o quão próximo está o trabalho acadêmico do fetiche da mercadoria, apontando ainda que a pesquisa, o trabalho de investigação e o senso crítico passam a ser o meio, e a quantificação de publicações em revistas indexadas o fim em si mesma. A ciência se transforma em força produtiva, e se atrela cada vez mais às vicissitudes do mercado.

## CONCLUSÕES

O presente trabalho teve por escopo analisar, à luz do materialismo histórico, a relação entre o desenvolvimento do setor de serviços, especificamente um serviço - a educação no ensino superior - e seu desdobramento no processo de trabalho dos docentes nessas instituições. Constatamos a dinâmica capitalista na inversão de capital industrial em áreas ditas não produtivas, como é o caso de conglomerados empresariais



da educação, bem como a presença cada vez mais marcante do processo de precarização dos trabalhadores.

Longe de esgotar o tema, acreditamos que a compreensão e a análise pontual das políticas públicas na educação, bem como a intervenção da ciência e da tecnologia no processo de trabalho, contribuirão para desvendar o fetiche da mercadoria que ronda há muito os corredores e departamentos das instituições de ensino superior. As universidades deveriam contribuir muito mais para o esclarecimento da realidade ao invés de operar silenciosamente a favor da manutenção da exploração da mais-valia: esse é um grande dilema de nosso tempo.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir (org.) Pós-Neoliberalismo – As políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BESSA, Denise. **Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas**. In: Reforma universitária: dimensões e perspectivas. Campinas: Alínea, 2006.
- BOSI, Antônio de Pádua. **A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos**. In: Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.
- BRUNO, Lúcia. **Educação e desenvolvimento econômico no Brasil**. In: Revista Brasileira de Educação. v. 16, n. 48, set.-dez. 2011.
- CHAUI, Marilena. **Ideologia neoliberal e universidade**. In: OLIVEIRA, Francisco de. & PAOLI, Maria Célia. (orgs.) Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DURHAM, Eunice Ribeiro & SAMPAIO, Helena. **O setor privado de ensino superior na América Latina**. In: Cadernos de pesquisa, nº 110, p. 7-37, julho/2000.
- ENGUITA, Mariano Fernández. **Ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização**. In: Revista Teoria & Educação, v. 4, p. 41-61, 1991.
- FAGUNDES, Marcus Vinícius Carvalho. **Influências das universidades na criação e no desenvolvimento de sistemas locais de inovação**. In: Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. Vitória da Conquista-Ba, n. 9, p. 61-79, 2010.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. São Paulo: Editora Moraes, 1986.



- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1998.
- GENTILI, Pablo. **As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo**: os significados da privatização no campo educacional. In: OLIVEIRA, Maria Neusa de. **As políticas educacionais no contexto da globalização**. Ilhéus: Editus, 1999.
- GUIMARÃES, André Rodrigues; MONTE, Emerson Duarte; FARIAS, Laurimar de Matos. **O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho**. In: Revista Universidade e Sociedade, n° 52, Andes-SN, p. 34-45, julho de 2013. Disponível em <http://apur.org.br/wp-content/uploads/2013/10/imp-pub-1716063987.pdf>. Acesso em 11/09/2014.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.
- MARRACH, Sonia Alem. **Introdução**. In: SILVA, Franklin Leopoldo e. **Conciliação, neoliberalismo e educação**. São Paulo: Fundação UNESP, 1996.
- MARTINS, Carlos Benedito. **O ensino superior privado no Distrito Federal**. In: Cadernos de Pesquisa. N. 102, p. 157-186, nov. 1997.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- OLIVEIRA, Francisco de. **O terciário e a divisão social do trabalho**. In: Estudos Cebrap, Nº 24. São Paulo: Cebrap/Vozes, s/d.
- \_\_\_\_\_. **Passagem na neblina**. In: **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.
- PINHEIRO, Luiz Humberto. **Universidade dilacerada**: tragédia ou revolta? Tempo de reforma neoliberal. Salvador: LU Pinheiro, 2004.
- POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Newton Ramos de; SGUISSARDI, Valdemar. **O processo de proletarianização dos trabalhadores em educação**. In: Revista Teoria & Educação, v. 4, p. 91-108, 1991.
- SÁ, Nicanor Palhares. **O aprofundamento das relações capitalistas no interior da escola**. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, p. 20-29, maio 1986.
- SALLUM JR. Brasília. **A condição periférica**: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-2000). In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- SÉCCA, Rodrigo Ximenes; LEAL, Rodrigo Mendes. **Análise do setor de ensino superior privado no Brasil**. In: BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 30, p. 103-156, 2009. Disponível em [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3003.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3003.pdf). Acesso em 10/10/2014. [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3003.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3003.pdf)



ISSN: 2175-5493

**XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO**

14 a 16 de outubro de 2015

SILVA JR, João dos Reis. & SGUISSARDI, Valdemar. **A educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade.** In: SGUISSARDI, Valdemar (org). Educação Superior – velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. **O mal-estar na Academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria.** In: **Revista Brasileira de Educação.** V. 16, n. 48, set.-dez. 2011.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **O ensino superior privado no Brasil.** São Paulo: Marco Zero, 2000.